



Diário da Justiça Eletrônico da TNU entra em funcionamento

O Diário da Justiça Eletrônico (DJe) da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) entrou em funcionamento, em caráter experimental, no último dia 17 de julho, conforme Portaria nº CJF-PCG-2017/0007, editada pelo presidente da TNU e corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Mauro Campbell Marques. Trata-se de instrumento oficial de publicação e divulgação dos atos judiciais, administrativos e de comunicação em geral da Turma de Uniformização dos JEFs.

Implantado em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal (STI/CJF), o sistema de divulgação substituirá integralmente as publicações oficiais da Imprensa Nacional no dia 1º de setembro deste ano. Durante o período de testes, de 17 de julho a 31 de agosto, as publicações no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União serão divulgadas paralelamente.

O Diário da Justiça Eletrônico da TNU estará disponível no portal do CJF, na área da Turma Nacional de Uniformização e será gerido pela Secretaria da TNU.

Fonte: CJF.

Inscrições para o I Congresso Ibero-Americano de Direito Penal e Filosofia da Linguagem continuam abertas

Continuam abertas as inscrições para o I Congresso Ibero-Americano de Direito Penal e Filosofia da Linguagem, que acontecerá em Curitiba nos dias 24 e 25 de agosto. Os interessados devem se inscrever na página do evento (<https://congressodplinguagem.v.peventos.com>).

O encontro é organizado pelo Grupo de Estudos Modernas Tendências do Sistema Criminal, da FAE Centro Universitário, e pelo Grupo de Estudos Sistema Criminal e Controle Social, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e por outras instituições colaboradoras. O Congresso trará professores Ibero-Americanos que são referência em uma nova abordagem do Direito Penal a partir da filosofia da linguagem.

Entre os painéis previstos na realização do evento estão: “Conexão entre direito penal e Filosofia da Linguagem”; “O dolo normativo e a concepção significativa de ação”; “A relevância da omissão desde o sentido” e “A liberdade da ação”. Os valores de inscrição no período de 1º a 31 de julho são de R\$ 40 para estudante de graduação ou pós-graduação e de R\$ 80 para profissional. Já para as inscrições realizadas a partir do dia 1º de agosto, os valores serão de R\$ 50 para estudante de graduação ou pós-graduação e de R\$ 100 para profissional.

Para outras informações, basta acessar o *site* do evento.

Conheça o círculo de conciliação em políticas públicas da Justiça Federal do Piauí

Construção participada da solução, esgotamento do conflito, respeito às considerações técnicas, enfrentamento das causas do problema, abertura para a construção de soluções alternativas, atuação gradativa e acompanhamento de resultados são princípios do Círculo de Conciliação em Políticas Públicas da Justiça Federal no Piauí.

A iniciativa é uma linha de atuação do Centro Judiciário de Conciliação da região desenvolvida em 2014 e formalizada no ano passado. O Círculo busca solucionar, efetivamente, processos judiciais complexos que envolvam políticas públicas.

O programa já beneficiou aproximadamente 4.000 famílias e viabilizou a instalação de uma ala oncológica de alta complexidade no Hospital da Universidade Federal do Piauí. Esta instituição agora tem 25 leitos de internação e capacidade de realizar 1.764 consultas ambulatoriais, 5.300 sessões de quimioterapia e 650 cirurgias por ano. A iniciativa apresentou, ainda, os seguintes resultados: transformação do antigo prédio da estação ferroviária em área de museu e espaço de exposição; ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões com objetivo de proteger a área ameaçada pela presença de carvoarias e preservação do Parque Floresta Fóssil.

Quer saber mais sobre o Círculo de Conciliação em Políticas Públicas da Justiça Federal no Piauí? Então confira o vídeo de apresentação dos trabalhos realizado pela Seção Judiciária no Piauí disponível no Youtube, no canal da seccional.

Com informações da SJPI.

Medidas para desafogar o Judiciário são foco de pesquisa do CNJ

Meios de desafogar o Judiciário são foco de estudo a ser concluído em 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a série Justiça Pesquisa. Um dos campos da terceira edição da série pretende baixar o total de casos à espera de solução nos tribunais brasileiros. Isso porque o Relatório Justiça em Números do ano passado indica que menos ações ingressaram no Judiciário e que a taxa de atendimento à demanda cresceu em 2015. No entanto, o volume de processos pendentes vem subindo desde 2009 e chegou a 73,9 milhões de ações.

Com o novo edital de pesquisas judiciárias, serão investigados eixos para mapear boas práticas. O Justiça em Números deve identificar, ainda, modelos que podem ser aplicados como projetos estratégicos realizados pelos tribunais.

Com informações do CNJ.